





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



BELO MONTE E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS REASSENTAMENTOS URBANOS DE ALTAMIRA-PA

**BELO MONTE AND PLANNED SEGREGATION: AN ANALYSIS
BASED ON URBAN RESETTLEMENTS IN ALTAMIRA-PA**

Darismar Silva Soares  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

José Queiroz de Miranda Neto  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a segregação socioespacial a partir do projeto de reurbanização da cidade de Altamira-PA pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que teve como principal consequência a remoção das comunidades que viviam em áreas de baixadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Acredita-se que a segregação dos RUC se relacione com a estruturação urbana do tipo centro-periferia, que no decorrer da história vem afastando a população de áreas consideradas privilegiadas da cidade, processo que é estimulado tanto pelas políticas urbanas quanto pelo setor imobiliário, responsável por onerar os valores do solo urbano. Através de estudos de campos e entrevistas semiestruturadas em três RUC de Altamira: Laranjeiras, Água Azul e Jatobá, apresenta-se os elementos que comprovam a segregação socioespacial planejada a que foi submetida uma parte da população altamirense, uma vez que foi conduzida pelos agentes que operam a execução do Projeto de Belo Monte.

Palavras-clave: segregação socioespacial; RUC; Hidrelétrica; Belo Monte; Altamira.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-spatial segregation from the reurbanization project of the city of Altamira-PA through the implantation of the Belo Monte hydroelectric plant, in the state of Pará, which had as main consequence the removal of communities that lived in lowland areas to Urban Resettlements. Collectives (RUC). It is believed that the segregation of the RUC is related to the urban structuring of the center-periphery type, which throughout history has been moving the population away from areas considered privileged in the city, a process that is stimulated both by urban policies and by the real estate sector, responsible for encumbering the values of urban land. Through field studies and semi-structured interviews, in three RUC of Altamira: Laranjeiras, Água Azul and Jatobá, the elements that prove the planned socio-spatial segregation to which a part of the population of Altamira was subjected, since it was conducted by the agents operating the execution of the Belo Monte Project.

Keywords: socio-spatial segregation; RUC; hydroelectric; Belo Monte; Altamira.

1 INTRODUÇÃO

A implantação do projeto da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, no Pará, trouxe consigo uma série de transformações na estrutura urbana e social da região. Ao analisar os impactos desse empreendimento, é possível observar a consolidação de um modelo centro-periferia que resulta em uma organização espacial marcada por subordinação e desigualdades. Nesse contexto, os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) surgem como uma das faces da segregação socioespacial, evidenciando a busca por afastar as populações mais pobres das áreas valorizadas. A reurbanização da cidade de Altamira, impulsionada por Belo Monte, revela não apenas mudanças físicas na paisagem urbana, mas também implicações profundas nas condições de vida e nas dinâmicas sociais dos moradores locais.

O entendimento da organização urbana contemporânea, desde grandes metrópoles até cidades médias amazônicas, requer análise da complexidade dos processos excludentes na urbanização. Harvey (1980), destaca a urbanização como expressão do capitalismo, envolvendo construções físicas e transformações socioculturais. A reestruturação espacial surge da industrialização, refletindo o desenvolvimento comercial e retrocessos sociais. Na visão capitalista, o espaço é mercadoria, valorizado por mudanças estruturais. Por essa lógica, a urbanização e a reurbanização visam valorizar o capital através do espaço urbano.

A segregação residencial é a expressão da desigualdade de classes representada no espaço, manifestando-se também na divisão social do trabalho e na qualidade de vida. As dinâmicas capitalistas que regem as cidades reforçam a exclusão espacial e a apropriação da cidade pelos mais ricos a cada dia. Segundo Santos (2002, p. 107), “cada homem vale pelo valor onde está: o seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende da sua localização no território”.

A segregação é um dos alicerces da produção do espaço urbano no sistema capitalista, de modo que as reformas urbanísticas materializam essa reprodução. Corrêa (1995), ressalta que o espaço urbano é moldado por diferentes agentes sociais, através de ações como a densificação do uso do solo, a deterioração de certas áreas, a redefinição urbana, a relocação da infraestrutura e a mudança do conteúdo social e econômico de áreas específicas da cidade.

A segregação deriva da desigualdade e, ao mesmo tempo, a retroalimenta (Souza, 2008, p. 84). Isso significa que as desigualdades sociais

surgiram do desenvolvimento geograficamente desigual, no qual algumas regiões receberam investimentos enquanto outras foram negligenciadas. Esses investimentos, realizados conforme os interesses do capital em parceria com o Estado, fortaleceram as desigualdades através do espaço habitado, impactando a produção, distribuição e concentração de riquezas (Soja, 1993).

As cidades médias da Amazônia têm seu desenvolvimento urbano seguindo os projetos de urbanização das cidades brasileiras, com a mesma tendência de construção do território em um enfoque capitalista, acentuando ainda mais a segregação socioespacial. De acordo com Becker (1990), o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez em surtos devastadores vinculados à expansão capitalista e as cidades têm se constituído em bases logísticas de ocupação e organização do território. Assim, as cidades representam lugares atrativos para os migrantes, ao mesmo tempo que oferecem maiores condições de se inserir no mercado de trabalho (Becker, 2013, p. 4).

Altamira, assim como outras cidades da Amazônia, passou por diferentes estágios de colonização/urbanização marcados pela exploração do trabalho, desigualdade social, segregação espacial e exploração dos recursos naturais, especialmente relacionadas a grandes projetos de expansão do capital (rodovias, projetos de mineração, hidrelétricas etc.). Ainda que nem todas as transformações sejam diretamente relacionadas aos grandes empreendimentos, não se deve desconsiderar o seu papel como deflagrador de “surtos”, referente à concepção de Becker (2013) de que, na Amazônia, as cidades cresceram através de surtos não consolidados, ainda assim com capacidade de alterar lógicas e papéis urbanos nas escalas local e regional.

O presente artigo pretende entender como se deu o processo de segregação socioespacial a partir do projeto de reurbanização da cidade de Altamira-PA pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que teve como principal consequência a remoção das comunidades que viviam em áreas de baixadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC).

A hidrelétrica de Belo Monte, usina que começou a ser construída em 2011 sob responsabilidade da empresa Norte Energia S.A. (NESA), reestruturou a área urbana da cidade e transformou as áreas de baixadas, onde residiam milhares de famílias pobres, em parques verdes. A empresa conduziu um amplo processo de reassentamento das famílias atingidas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), modificando as localizações

da população mais pobre no sentido centro-periferia. Esse processo de deslocamento significou para essas famílias inúmeros problemas, sendo o fator acessibilidade um dos mais importantes para vários aspectos da segregação socioespacial sofrida pelas comunidades.

A metodologia adotada no artigo envolveu a pesquisa de campo nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) Jatobá, Água Azul e Laranjeiras em Altamira-PA, juntamente com entrevistas realizadas com os moradores dessas áreas. A escolha por esses reassentamentos se deu pelo critério de maior número de moradores e pela diversidade das comunidades que contemplava baixões próximos aos três igarapés que cortam a cidade, o que nos deu a possibilidade de conhecer diferentes realidades. Essa abordagem permitiu uma imersão no contexto das comunidades reassentadas, possibilitando a coleta de dados primários e a compreensão mais aprofundada dos impactos da reurbanização decorrente do projeto de Belo Monte.

Para uma melhor compreensão da temática levantada, iniciaremos com uma abordagem sobre a produção do espaço urbano sob os moldes capitalistas, destacando a relação centro-periferia e a segregação socioespacial. Esse fenômeno conduz à formação de espaços hegemônicos nos quais se perpetuam o poder e a separação de classes. Utilizaremos como principais aportes teóricos as obras de Souza (2008), Maricato (2013, 2015) e Sposito (2013).

Na sequência, apresentaremos algumas fases do desenvolvimento econômico e o processo de urbanização da cidade de Altamira e a segregação induzida impulsionada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Destaca-se, nesse processo, a transformação das áreas de baixadas, onde residiam famílias de baixa renda, em parques verdes.

Por último, apresentaremos alguns aspectos da reestruturação da cidade de Altamira-PA em decorrência da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, como a segregação socioespacial, em destaque o processo de remoção planejada das comunidades dos baixões para os RUC, resultante dos programas de reassentamento e requalificação urbana, executado pela empresa Norte Energia.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, RELAÇÃO CENTRO PERIFERIA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação residencial nas cidades capitalistas emerge da localização diferenciada no espaço urbano das distintas classes sociais e suas frações

(Corrêa, 1995, p. 61). O autor argumenta que isso ocorre principalmente nas grandes metrópoles, onde se observa que os recursos de melhoria e infraestrutura são destinados para as áreas onde residem pessoas dotadas de maior poder político e financeiro.

Segundo Abramo e Faria (1998), a ação conjunta dos capitais incorporadores – detentores do solo urbano, e dos capitais construtores – produtores da moradia, resulta na mudança de uso do solo (Abramo; Faria, 1998, p. 422). Essa ação promove a diferenciação de áreas dentro do mesmo espaço urbano. Assim, os investimentos imobiliários habitacionais transformam-se em infraestrutura com atributos intrínsecos (características físicas) e extrínsecos (acessibilidades que a localização da moradia permite usufruir), incorporando ao valor da moradia e tornando-a inacessível para pessoas mais pobres. É importante ressaltar que essas dinâmicas influenciam no padrão de ocupação dos imóveis conforme a renda.

Harvey (2014), por sua vez, complementa que a urbanização das cidades dentro de um modelo capitalista tem se fundamentado na necessidade de absorver o mercado e controlar a expansão do capital. Entretanto, a reformulação das cidades para agregar esse novo estilo de vida, pautada na modernidade e no consumismo, tem gerado crises sem precedentes, sobretudo dentro de um contexto sociocultural que modifica o estilo de vida da população mais pobre, voltada para questões de moradia. Em função disso, uma parcela da sociedade com maior poder financeiro busca a integração e a homogeneidade social, além de relativa estabilidade e segurança nos condomínios e bairros nobres. Por outro lado, as pessoas de renda mais baixa são induzidas a buscar moradias em áreas afastadas das cidades, onde o valor da terra é acessível. Conseqüentemente, o mercado imobiliário contribui ativamente para o processo de segregação.

O processo de industrialização e as novas formas de produção e organização do trabalho trouxeram mudanças significativas, especialmente nos arranjos espaciais e suas formas, tornando explícita a segregação através dos espaços habitados e das moradias. De acordo com Sposito (1988), ao longo do século XX, as cidades brasileiras adotaram um modelo de urbanização centro-periferia. Isso significa que as áreas centrais têm maior concentração de comércios, prédios públicos e residências de pessoas com maior poder aquisitivo, enquanto as áreas periféricas, mais afastadas, frequentemente carecem de infraestrutura e equipamentos urbanos, sendo ocupadas predominantemente por trabalhadores pobres, marcadas pela precariedade, pobreza e violência.

Contudo, é importante destacar que esse padrão tem se alterado ao longo do tempo, sobretudo com a emergência de novos contornos nas periferias urbanas, como a proliferação de condomínios fechados e espaços residenciais exclusivos, inclusive em cidades médias (Sposito, 2013). Apesar de novas características, como conjuntos habitacionais, bairros populares, loteamentos e reassentamentos surgirem, a tendência continua sendo o afastamento das pessoas mais pobres das áreas mais valorizadas, seja em espaços centrais ou periféricos.

Maricato (2015) contribui ao destacar que em uma sociedade capitalista, não há democratização no acesso à terra urbana, o que resulta na segregação do espaço. A terra urbanizada tem alto valor comercial dependendo da localização e dos recursos disponíveis na área; ou seja, quanto mais centralizada e com investimentos em infraestrutura, mais cara se torna a terra. Assim, compreende-se a reestruturação da cidade como estratégia de mercado e valorização fundiária.

Independentemente de seu tamanho ou de especificidades, as cidades possuem uma organização interna espacial. Essa organização é responsável pelo ordenamento da população e pela ocupação do espaço correspondente às demandas culturais, raciais ou econômicas. Desta forma, a cidade capitalista está dividida conforme os interesses econômicos da sociedade, o que torna visível a fragmentação entre ricos e pobres, suas localizações e condições de vida. Excluir os pobres das áreas centrais da cidade já é, portanto, uma prática bastante comum dentro do processo de urbanização e reurbanização das cidades.

3 AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAS DE ALTAMIRA E SEGREGAÇÃO INDUZIDA

Altamira, assim como outras cidades brasileiras, apresenta desigualdades socioespaciais desde sua formação. As primeiras marcas da povoação humana ocorreram em decorrência de missões religiosas, quando surgiu o aldeamento Tavaquara, ainda no século XVIII, às margens do rio, “com o descimento de etnias como os Xipaia e os Curuaia” (Cardoso, 2018, p. 19). No entanto, a ocupação efetiva do território, a partir de práticas mercantis, está estritamente ligada à chegada do Coronel Gaioso, um produtor rural que iniciou uma atividade de plantação de cana-de-açúcar, de base escravista, no final do século XIX.

Posteriormente, com a ascensão da borracha, a cidade apresentava uma área central onde se localizavam as residências da elite local, prédios públicos, a igreja matriz, o cais do porto e uma área mais afastada onde residiam pessoas mais pobres em casas cobertas de palha (Umbuzeiro; Umbuzeiro, 2012). Tratava-se, então, da disposição inicial da relação centro-periferia de Altamira.

Com a abertura da rodovia Transamazônica, na década de 1970, o crescimento da cidade, que antes estava atrelado ao rio, agora se estende para a estrada, fazendo de Altamira o eixo central tanto das comunidades ribeirinhas quanto das comunidades no perímetro das rodovias. Esse potencial desenvolvimento econômico chamou atenção para outras regiões, aumentando o fluxo de trabalhadores e o contingente populacional da cidade. Assim, na década de 1980, observa-se a criação das vias estruturantes da cidade, partindo do centro histórico para as direções Nordeste, Norte, Leste e Sudoeste, especialmente no traçado da rodovia Transamazônica (BR-230).

Esses novos espaços foram criados de acordo com o aumento populacional e a expansão da cidade para além das áreas centrais, onde a população mais pobre vem se organizando e, de certo modo, buscando inserir-se nas dinâmicas urbanas. Estas novas espacialidades incluem um comércio secundário, loteamentos criados pela prelázia do Xingu e as ocupações irregulares do leito dos igarapés (baixões).

Mais adiante, com o incentivo de crédito para a população de baixa renda, pela possibilidade de asfaltamento da rodovia e, sobretudo, pela construção da usina de Belo Monte, surgem os loteamentos Nova Altamira, Bela Vista e Jardim França, construídos na periferia da cidade como opção de moradia para a população de baixa renda. Estes primeiros loteamentos partiram da iniciativa de proprietários de terras rurais que as transformaram em lotes urbanos, com a intenção de lucrar com o aumento populacional e a crise de moradia. Observa-se, também, a inserção de empresas do setor imobiliário, como a empresa de pequeno porte “Imobiliária Bacana”, na rodovia Transamazônica, também destinada à população de baixa renda.

Entre os anos 2000 e 2010, foram criados loteamentos de médio porte destinados a pessoas com renda maior, a exemplo dos loteamentos Altavile, Ibiza e Dom Lorenzo, nos quais os proprietários tinham que construir suas próprias condições de habitabilidade, infraestrutura e saneamento (abastecimento por poços rasos, fossas e sumidouros).

Essas configurações iniciais da relação centro-periferia se alteram de forma bastante significativa com o início da obra da usina Hidrelétrica de Belo

Monte e as redefinições urbanas apontadas como necessárias pela empresa construtora. Entre 2011 e 2015, a cidade teve uma verdadeira explosão populacional, o que atraiu novos empreendimentos imobiliários com a criação de bairros planejados em áreas mais afastadas, como o conjunto residencial Buriti no km 4 Altamira-Brasil Novo e o residencial Cidade Nova. A usina de Belo Monte significava para esses agentes a possibilidade de obter lucros a partir da ideia de que o novo fluxo migratório e o aumento na demanda populacional gerariam a necessidade de moradia. Com isso, houve grande investimento na compra de lotes para construção de casas, conjuntos residenciais e hotéis, para suprir essa necessidade e obter lucros.

Embora esses conjuntos oferecessem a possibilidade de compra parcelada, grande parte da população mais pobre ficou excluída do processo devido ao aumento do valor da terra e do material de construção, além da distância das áreas centrais onde se concentram as maiores fontes empregatícias. Nesse contexto, observa-se o papel dos agentes produtores do espaço urbano que estruturam esse cenário segundo lógicas que, em nosso entender, são destinadas a privilegiar determinadas parcelas da sociedade, induzindo a população pobre a ocupar áreas periféricas sem condições de habitabilidade, gerando processos segregativos.

É importante destacar que, ainda no período de construção da usina, conjuntos habitacionais do programa MCMV foram planejados para a população de menor faixa de renda. O residencial Santa Benedita, situado em área periférica na entrada da cidade sentido Altamira-Belém, e o residencial Ilha do Arapujá, na estrada sentido Altamira Vitória do Xingu. O conjunto Santa Benedita foi entregue à população em 2012 com sérios problemas estruturais e muitas denúncias de fraudes nos processos de cadastramento das famílias. O conjunto Ilha do Arapujá nunca foi concluído devido ao não atendimento dos critérios exigidos pela Caixa Econômica Federal.

Entre 2011 e 2013, Altamira passou por um amplo processo de reestruturação urbana devido à instalação da hidrelétrica de Belo Monte. Esse projeto incluía a requalificação das áreas centrais, o que envolvia a remoção das famílias que ocupavam as áreas de várzeas para reassentamentos urbanos coletivos. A destruição de suas antigas moradias para a criação de novas vias de acesso e parques verdes foi um dos episódios mais impactantes para a população residente. Neste sentido, Nunes (2021), fala que:

A construção de usinas hidrelétricas constitui-se em empreendimentos que quase sempre está associado a desalojamentos e consequentes deslocamentos compulsórios. A construção de hidrelétricas na

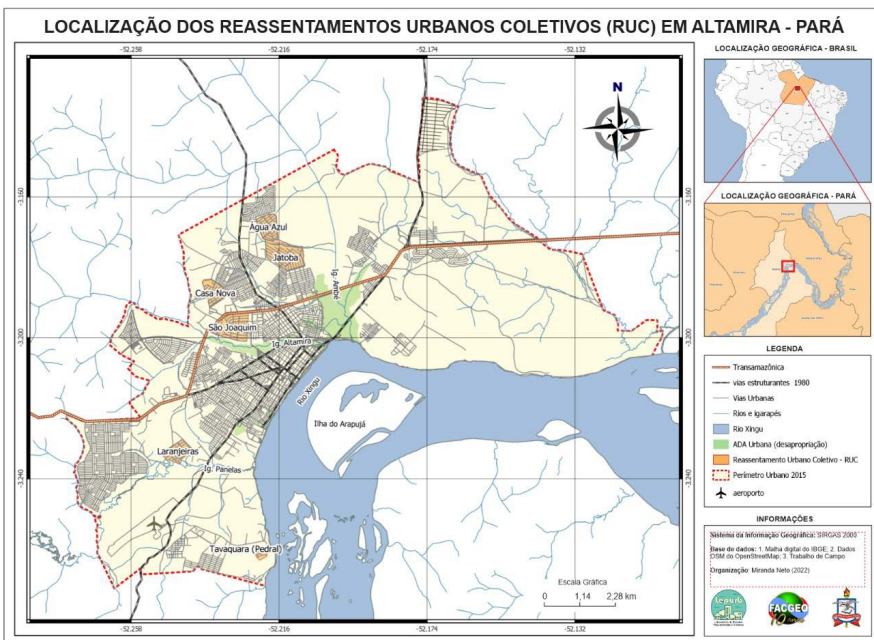
Amazônia tem avançado e retirado milhares de famílias que residem em áreas impactadas pela inundação dos lagos dessas Usinas Hidrelétricas erguidas nessa região (Nunes, 2021, p. 80).

Esse processo transformou Altamira em uma cidade marcada pela segregação socioespacial. As áreas centrais requalificadas abrigam a população de maiores estratos de renda e os setores comerciais, enquanto a periferia continua a se expandir sem a devida correspondência na oferta de serviços públicos e equipamentos urbanos. Essa dinâmica reforça as desigualdades socioespaciais, exacerbando a exclusão social e dificultando a integração dos moradores das áreas periféricas nas dinâmicas urbanas.

4 OS RUC E SEGREGAÇÃO PLANEJADA EM ALTAMIRA

A construção da hidrelétrica de Belo Monte foi um evento que favoreceu um conjunto de ações que modificaram a estrutura urbana da cidade e estão diretamente ligadas as áreas de várzeas da cidade, onde residiam muitas famílias e que foram reassentados em conjuntos habitacionais denominados de RUC. O Mapa 1 apresenta a localização dos reassentamentos urbanos implantados pela Norte Energia, incluindo os RUC Jatobá, Água Azul e Laranjeiras, que foram utilizados como lócus da pesquisa empírica.

Mapa 1 – Os RUC em Altamira-PA



Em Altamira, a Norte Energia, empresa responsável pela construção da hidrelétrica, reestruturou uma área de 387 hectares intensamente habitado e remanejou essas famílias para os conjuntos habitacionais denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos. Com essa ação, as áreas centrais que antes eram desvalorizadas devido a vizinhança pobre, agora são destacadas pela presença de áreas verdes dentre outros atrativos. Segundo Miranda Neto (2015):

A Norte Energia iniciou a remoção de mais de 7 mil construções urbanas (entre residências e entidades) presentes na ADA Urbana entre 2014 e 2015, alterando as formas-conteúdo e redefinindo a função social dessas áreas. Além dessas intervenções, outras ações diretas da empresa estão sendo produzidas na cidade, como a implantação de projetos de saneamento, a criação de parques e as alterações na orla, assim como a produção de residenciais para o reassentamento urbano (Miranda Neto, 2015, p. 238).

O processo de reassentamento se deu entre 2014 e 2015, no qual aproximadamente 6 mil famílias deixaram seus locais de origem para as novas residências dos RUC. Muitos habitantes reclamaram que ficaram distantes de seus vizinhos; alguns, inclusive, em loteamentos diferentes, desfazendo-se as relações de sociabilidade da área de origem.

Com a mudança das famílias dos baixões para os RUC, percebe-se que as novas redefinições urbanas conseqüentemente alteram as dinâmicas sociais já existentes relacionados a moradia, trabalho, educação saúde, lazer e das relações culturais e emocionais construídas entre os moradores e o espaço habitado.

Neste sentido o processo de deslocamento das famílias dos baixões para os RUC não só representa segregação nos aspectos físicos, mais também nos aspectos subjetivos, pois descontrolam os laços afetivos construídos pelos moradores em relação ao espaço e a vizinhança. De acordo com Castells (2000), a população pobre vive a segregação na sua realidade objetiva, na marginalização dos seus direitos e na da exclusão social, esses fatores são determinantes para desintegração do indivíduo com a família, com a comunidade em relação ao lugar onde ele vive (Castells, 2000).

As opções de indenização oferecidas à população afetada em Altamira eram: dinheiro, carta de crédito e reassentamento. No entanto, as duas primeiras alternativas não se mostraram viáveis. O dinheiro não era uma solução adequada devido à forte pressão do mercado imobiliário na região. Pela mesma razão, a carta de crédito também não era uma opção realista

para os atingidos, já que as cartas de crédito fornecidas a estes moradores eram de acordo com suas moradias, que tinham pouquíssimo valor comercial, tornando inviável a compra de outra casa nas áreas centrais da cidade. Diante desse cenário, o processo de remoção tornou-se uma medida compulsória, sem possibilidade legal de utilizar o valor de troca das propriedades.

Assim, sugere-se a expressão “exílio coletivo” para descrever essa situação, destacando a falta de escolha real para os moradores afetados pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. O processo de mudança dessas famílias para os RUC não foi feito de forma democrática; as famílias não tinham opção de escolha, pelo menos não de forma justa, como relata Miranda Neto (2021):

Não havia, de fato, alternativas viáveis. O reassentamento não foi uma opção, mas uma condição imposta aos atingidos pelo conjunto de fatores que pressionavam o mercado da habitação em Altamira. Em princípio, a Norte Energia construiu cinco loteamentos para abrigar as seis mil famílias da área afetada, denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) (Miranda Neto, 2021, p. 4).

As remoções das famílias pobres para os RUC estavam respaldadas no discurso da melhoria da qualidade de vida. De fato, de modo geral, acreditava-se que a urbanização e a reestruturação das cidades solucionariam problemas históricos, como a falta de saneamento básico. No entanto, o que se percebe é que esses investimentos, embora tenham garantido certos benefícios estruturais, também têm acentuado a pobreza e estabelecido a exclusão social. Santos (2005) afirma que a cidade se modifica constantemente quando submetida ao interesse do capital. Entre essas constantes mudanças, destacam-se as progressivas “expulsões” das pessoas mais pobres dos centros urbanos para áreas mais afastadas, como bairros periféricos, ocupações com construções irregulares, favelas e conjuntos habitacionais, entre outros.

As remoções para os RUC afetaram a vida de mais de 22 mil pessoas de maneira direta no que tange à economia, mobilidade, acesso a equipamentos públicos como educação, saúde, emprego e lazer. É importante refletir sobre as verdadeiras condições de vida dessa população, pois embora os reassentamentos urbanos apresentem melhorias nas moradias, existem problemas, como a distância do centro da cidade, o que dificulta principalmente na acessibilidade para o trabalho assim também atendimento educacional e saúde ineficiente, violência, abastecimento de água potável e problemas na estrutura das casas. Essas demandas não foram

levadas em consideração no momento elaboração e execução das remoções e inevitavelmente geram transtornos, frustração e insatisfação.

Os RUC foram construídos com a promessa de resolver os problemas habitacionais das famílias da cidade que viviam em condição de vulnerabilidade nas áreas dos baixões. No entanto, o que se percebe é que a questão da moradia vai além da habitação, é necessário que se dê condições de habitabilidade sendo a acessibilidade um dos elementos necessários para diminuir as distancias sociais. Corrêa (2008), compreende a urbanização das cidades como desigual, principalmente pela normalização da segregação através dos conjuntos habitacionais populares sem refletir nos problemas adjacentes a esta ação. Sobre os problemas associados à remoção planejada das famílias pobres para os RUC, queremos destacar alguns os quais acreditamos se caracterizam como segregação socioespacial.

4.1 ACESSIBILIDADE/ MOBILIDADE

Os RUC, assim como os demais conjuntos habitacionais populares construídos com o objetivo de resolver os problemas de moradia, têm como uma das características comuns o distanciamento das áreas urbanas centrais. Os três reassentamentos em estudo estão localizados em média a 4km do centro urbano e apresentam dificuldade em acesso por serem construídos em terrenos com ladeiras e trechos desabitados com matagais. Segundo Davis (2006) morar em um local afastado da cidade pode significar uma piora da qualidade de vida dos habitantes, sobretudo pelo tempo usado para deslocamento para trabalho (Davis, 2006).

No caso dos RUC estudados, a distância é o fator que mais surte efeito negativo, haja vista que Altamira só dispõe de uma rede de transporte coletivo com apenas 10 ônibus para atender toda cidade. Todavia, vale ressaltar que até o momento de elaboração desta pesquisa, apenas 7 microônibus estão em efetivo, sendo que 3 ficam de reserva. Tal como relata o Entrevistado 1, morador do RUC Água Azul, antes morador do baixão da Boa Esperança:

Quando eu morava lá no baixão minha sogra vinha da roça e passava de semanas com a gente, hoje ela não vem mais porque é longe, minha mulher reclama muito e não gosta de morar aqui. Eu gostava de morar lá porque tudo era perto, eu tinha uma bicicleta e ia pra todo canto, não tinha ladeira como tinha pra cá... quando eu não tava fazendo nada eu ia pro rio pescar, quando era no inverno a canoa ficava dentro de casa. Agora aqui é mais difícil. Quando a Norte

Energia veio eu falei: Eu não tó pedindo pra sair não, é vocês que querem. Então eles vieram com uma tal de indenização, minha casa dava 60 e poucos mil e tinha outra casa no fundo, esse dinheiro não dava pra comprar duas casas, porque tava tudo uma carestia, então eu disse pra eles me darem duas casas, nos lutemos, lutemos, eles deram mais eu perdi meu ponto de comercio que tinha na frente da casa eu vendia banana, carvão, farinha vendia tudo e eles não me pagaram (Entrevistado 1, 62 anos).

A situação da acessibilidade dos moradores dos RUC em relação ao deslocamento para as áreas centrais ainda é mais difícil por se tratar de comunidades pobres, onde a grande maioria não dispõe de transporte particular, lembrando que o fator distancia onera as despesas tanto para quem usa o transporte coletivo (tarifas) como para quem possui transporte particular (combustível) causando maior empobrecendo da comunidade.

A questão do distanciamento dos RUC para o centro da cidade foi um dos pontos de maior frustração por parte dos moradores, a dificuldade para chegar ao trabalho, escola, hospitais e lazer são reclamações frequentes. O isolamento dos RUC tem sido fator determinante para muitos abandonem suas casas.

Em relação à acessibilidade, acreditamos que as necessidades dessas famílias foram desconsideradas, tornando difícil a conexão com o centro da cidade. Isso afeta particularmente as famílias de baixa renda, que muitas vezes não possuem transporte próprio. Aqueles que têm veículos sofreram perdas financeiras com o aumento dos custos de combustível, o que resultou em mais despesas e agravou a situação econômica dessas famílias. Vale destacar que, antes do remanejamento para os RUC, foi realizado um levantamento sobre o tipo de trabalho que garantia a renda mensal das famílias. Constatou-se que cerca de 53% delas atuavam no setor terciário, em profissões como empregada doméstica, comerciante, auxiliar de serviços gerais, vigilante e pedreiro (GEDTAM, 2014).

Desta forma, fica claro a necessidade de acessibilidades dessas famílias aos seus empregos, haja vistas serem atividades ligadas aos setores de comércio e serviços proeminentes na área central da cidade. O fator distância (acessibilidade) também altera a qualidade de vida dessas pessoas, pois, para chegar no horário em seus compromissos o período de descanso, sono e alimentação são diminuídos o que pode causar inúmeros prejuízos físicos e psicológicos.

A distância dos RUC para o centro da cidade, a dificuldade de locomoção dentro do próprio conjunto devido o relevo dos terrenos,

torna esse elemento como um indicador da segregação socioespacial. Tal condição afirma a citação de Bourdieu (1997, p. 167), de que a “falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”.

O efeito do lugar onde se vive é um fato que deve ser considerada nas avaliações de qualidade de vida da população. Os argumentos apresentados mostram os impactos negativos que as pessoas mais pobres sofrem ao morarem em locais com baixa acessibilidade, com escassez de equipamento urbanos. Assim, as dificuldades aprestandas a partir do distanciamento entre os RUC e o centro da cidade apresenta-se como um elemento de segregação socioespacial.

4.2 DESEMPREGO

A maioria das pessoas entre 15 e 59 que vivem nos RUC trabalham no setor terciário como vendedores no comércio local, empregados domésticos, ajudantes na construção civil e no ramo de serviço (FVPP, 2017). O fato de as fontes empregatícias estarem localizadas nas áreas centrais dificultam a inserção dos moradores dos reassentamentos nos cargos oferecidos. Desta forma, uma parte das pessoas que moram nos RUC está desempregada e vive apenas com os benefícios oferecidos pelo governo. O fator distância, associado à baixa escolaridade e à falta de aperfeiçoamento profissional, tem refletido em desemprego.

O processo de reassentamento das famílias para os RUC interferiu no emprego e na renda das famílias. Como aponta Sabatine e Wormald (2013), o “efeito bairro” que trata sobre a questão dos benefícios e prejuízos socioeconômicos que afetam as pessoas de acordo com o local onde estão inseridas na cidade. Corroborando com o apontamento do autor, trazemos a fala da Entrevistada 6.

Quando eu vim morar no RUC Água Azul eu ainda estava empregada em uma terceirizada da Norte Energia, mais logo eu fui demitida, eu comecei a mandar currículo pra todo lugar mais não conseguia emprego. Quando eu dizia que morava no RUC eu percebia logo um preconceito. O tempo foi passando o dinheiro foi acabando e eu precisava fazer alguma coisa pra sustentar meus filhos, então eu resolvi botar uma quitanda, mais não deu certo porque os meninos comeram toda a mercadoria (risos) ai eu coloquei um bar e foi dando certo. Hoje eu tenho esse espaço onde é ponto de lazer, um lanche conveniência e sexta e sábado tem seresta onde vem não só o pessoal do bairro como também do Jatobá São Domingos Santa Benedita. Nós não temos como nos divertir na rua porque é muito longe então a seresta da Izabel virou nosso lazer (Entrevistada 6, 43 anos).

Como retrata a entrevistada a situação de desemprego nos RUC afeta grande parte dos moradores, isso se explica pelo fato de que estas famílias viviam de serviços que prestavam no centro da cidade e que foi inviabilizado com o remanejamento para as áreas distante do centro. Outro fator é o fato de não ter se estabelecido uma atividade mercantil mais expressiva nas proximidades do espaço onde vivem, ou seja, as pessoas que vivem na comunidade e que tem poder de consumir produtos e serviços são obrigadas a se deslocar até o comércio do centro. Essa situação interfere negativamente sobre as condições de vida dos moradores das comunidades remanejadas, em especial nos fatores que elevam a despesa das famílias com transporte.

Na tentativa de minimizar a pobreza gerada pelo desemprego, as organizações sociais Grupo Social Amigos da Izabel (GSAI) e Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB) têm se mobilizado com o objetivo de qualificar os moradores através de cursos de artesanato, culinária, panificação, doces, produtos de limpeza, para que as famílias possam trabalhar e produzir no próprio bairro. Sobre essas iniciativas, a Entrevistada 7 comenta:

A ideia de promover os cursos surgiu devido a necessidade de gerar renda aqui na comunidade, assim as mulheres podem produzir sem sair de casa, porque a maioria não tem com quem deixar os filhos para trabalhar, outra coisa, com os cursos elas ficam mais animadas, mais felizes, os cursos criam esperança para elas (Entrevistada 7, 43 anos).

O desemprego nos RUC é agravado, entre outros fatores, pela distância das residências em relação ao centro urbano, o que se soma à falta de qualificação dos moradores. Embora as políticas habitacionais brasileiras visem assegurar moradia e sustentabilidade às famílias dos assentamentos, a plena execução desse processo tem sido deficiente. Isso demonstra que apenas o reassentamento, sem iniciativas que gerem emprego e renda, podem aprofundar as desigualdades urbanas.

4.3 VIOLÊNCIA

De acordo com o Atlas da Violência, a cidade de Altamira foi considerada a cidade mais violenta do Brasil no ano de 2019. Acredita-se que este quadro se intensificou na região a partir da instalação da hidrelétrica de Belo Monte e o grande fluxo populacional. A passou por mudanças estruturais que implicaram no perfil da criminalidade, onde as gangues foram tomadas pelas facções nacionais do crime organizado.

De acordo com a pesquisa feita pela FVPP, a segurança pública é uma das principais preocupações dos moradores. Altamira foi considerada uma das cidades com maior vulnerabilidade juvenil a violência de acordo com o índice de vulnerabilidade juvenil a violência e desigualdade racial 2014. Desta forma, credita-se na correlação entre vulnerabilidade juvenil e o espaço habitado, onde se caracterizam situações de desigualdades sociais e falta de oportunidades. Outro aspecto que pode propiciar na violência nos RUC é o desemprego, que acentua ainda mais a pobreza e a ausência de postos policiais nos bairros.

De acordo com o relato dos moradores, nos primeiros anos reassentados a situação era mais difícil. O medo fez com que muitos moradores abandonassem as casas, pois se sentiam inseguras com ausência de um policiamento efetivo nas comunidades. O relato do Entrevistado 7 aponta algumas queixas comuns entre os moradores.

Quando cheguei de viagem a mulher já tinha negociado a casa, viajei outra vez e quando eu cheguei já estavam morando aqui, tive que murar a casa rapidamente pois na primeira semana roubaram minha moto aqui da porta de casa, aqui era um inferno misturaram a gente com todo tipo de bandido. Agora melhorou um pouco porque já mataram quase tudo (Entrevistado 7, 54 anos).

A partir do depoimento desse morador, é possível perceber o descontentamento em relação a violência na comunidade. A questão da precariedade na segurança pública nos reassentamentos é um dos fatores que mais preocupa as comunidades. Neste contexto, como afirma Maricato (2022), é impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência. De acordo com a autora, o ambiente segregado, onde ocorre grande ociosidade devido o desemprego e a ausência de atividades culturais, esportivas e educacionais, a difícil acessibilidade e mobilidade restrita e ausência do estado geram violência. Sobre alguns desses aspectos, a Entrevistada 9 relata:

Lá no açaizal a gente conhecia todo mundo, os que prestava, os bandidos, todo mundo vivia em paz, a Norte Energia disse que a gente ia morar tudo perto das mesmas pessoas, mas eles misturaram todo mundo, um monte de bandido, no começo a gente tinha medo até de sair de casa, agora até que acalmou um pouco, mais quando acontece qualquer crime na cidade começa de novo o inferno a polícia perseguindo todo mundo, parece que pra eles os bandidos moram tudo nos RUC (Entrevistada 9, 36 anos).

Com o relato dos moradores, percebe-se que a segregação socioespacial repercute de diversas formas, nos diferentes segmentos sociais e em diferentes espaços e tempos. Dinâmicas segregativas causam uma tensão entre a distância social e a distância espacial e a falta de perspectivas para muitos jovens de famílias pobres. Isso têm contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando essas áreas em “territórios penalizados e penalizados”, situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial.

4.4 SAÚDE

Como indica a pesquisa feita pela FVPP, a percepção que os moradores dos RUC têm sobre o atendimento de saúde em relação a sua antiga moradia piorou muito e pode ser representada pelo percentual de 61% de moradores que afirmam que o atendimento de saúde era mais acessível nas suas antigas moradias. A angústia vivida pelos moradores é percebida através do relato da Entrevistada 1.

Meu filho ficou doente meu marido teve que faltar no trabalho pra levar pro hospital, aqui não tem posto de saúde, nós temos que usar o posto do RUC Jatobá, lá não dá nem pra eles imagine pra nós, e ainda somos mal atendidos porque a preferência é do povo que mora no Jatobá...Minha vontade é ir embora daqui mais não dá porque um aluguel no centro é caro e meu marido não consegue pagar é só ele que trabalha (Entrevistada 11, 19 anos).

Essa situação ainda é mais delicada para os moradores do RUC Água Azul que não possuem posto de saúde. Segundo uma entrevistada, os moradores do RUC Água Azul precisam que usar o posto de saúde do RUC Játoba. A moradora afirma que a comunidade já questionou sobre o problema e a resposta dada pela Norte Energia, empresa responsável pelo reassentamento, é que a comunidade não atinge quantidade suficiente de famílias para ter direito a uma unidade de saúde.

As comunidades do RUC Laranjeiras afirmam que no ano de 2023 os atendimentos do posto de saúde melhoraram. No entanto, os moradores dos três reassentamentos estudados ainda reclamam da dificuldade de acessar o pronto socorro devido à localização dos RUC.

4.5 EDUCAÇÃO

De acordo com o relatório da FVPP os moradores não estão satisfeitos com a educação oferecida nas comunidades. Esta avaliação dos moradores

dialoga com a situação de precariedade de Altamira considerado como um dos 250 municípios do Brasil que apresentam as piores taxas de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos.

A falta de creches nos bairros também gera insatisfação para as mulheres que tiveram que deixar de trabalhar por não ter com quem deixar suas crianças, conforme relata esta moradora do RUC Laranjeiras.

Aqui não tem creche e eu tenho três crianças, como posso trabalhar? A vida tá difícil demais e vivemos de ajuda que recebemos. Acho isso uma injustiça, porque eu quero ajudar o meu marido pra gente poder viver melhor (Entrevistada 12, 25 anos).

As creches são importantes para a população com menos recursos, pois possibilita que as mães possam trabalhar sem a preocupação de deixar as crianças sem cuidados. A falta de creches nos reassentamentos fez com que muitas mulheres desistissem de seus empregos por não terem com quem deixar seus filhos, esse fato contribui com o aumento da pobreza ao mesmo tempo que exclui as crianças de terem acesso a inclusão social com outros espaços e o suporte educacional necessário a primeira infância.

Alguns moradores dos RUC acreditam que as condições educacionais nos RUC são piores que a moradia anterior as remoções. Dos três RUC estudados somente o Jatobá possui creche com o número de vagas insuficiente para as crianças que necessitam desse atendimento. As creches são importantes para a população carente pois possibilita que as mães possam trabalhar sem a preocupação de deixar as crianças sem cuidados. A falta de creches nos reassentamentos fez com que muitas mulheres desistissem de seus empregos por não terem com quem deixar seus filhos, esse fato contribui com o aumento da pobreza ao mesmo tempo que exclui as crianças de terem acesso a inclusão social com outros espaços e o suporte educacional necessário a primeira infância.

4.6 SANEAMENTO

De acordo com o relatório do MAB, mesmo após dez anos do início da instalação da hidrelétrica de Belo Monte a cidade ainda se depara com problemas estruturais sendo o abastecimento de água e o saneamento um deles. Por um lado, a Norte Energia afirma que já realizou esta condicionante e pretende entregar a responsabilidade ao governo municipal, por outro, o governo municipal se recusa a receber a responsabilidade alegando que existe problemas e precisam ser sanados antes da entrega. Em meio

este empasse, as comunidades sofrem principalmente pela falta de água, inclusive nos RUC que foram construídos pela própria empresa.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), junto com as comunidades residentes nos RUC, frequentemente denuncia problemas de abastecimento de água. Entre os meses de agosto e dezembro, os moradores enfrentam semanas sem água suficiente para realizar atividades domésticas, consumo e higiene pessoal. Além disso, as famílias relatam que a água disponível é imprópria para consumo devido ao seu aspecto e cheiro. Como resultado, muitas famílias recorrem à água de poços em bairros vizinhos ou de familiares que vivem no centro da cidade.

Em junho de 2022, os moradores do RUC Laranjeiras, com apoio do MAB, chamaram a atenção da sociedade local exigindo que a Norte Energia e a Prefeitura Municipal resolvam a questão da falta de água no reassentamento. De acordo com os moradores, recorrentemente as torneiras secaram, tornando a vida na comunidade insustentável. Os moradores estão desamparados, pois continuam a enfrentar um jogo de empurra entre as autoridades, sem solução à vista. Neste impasse, persiste o sofrimento das famílias, que são privados até dos bens essenciais, como a água.

A insatisfação ficou evidente quando perguntamos sobre o abastecimento de água.

Água, pra te ser bem sincera aqui em casa nós não podemos lavar roupa, lavou roupa acabou, aqui somos eu, ela, esse daqui e a outra bebezinha (se referia ao marido e aos dois filhos) a gente tem que sair de casa pra tomar banho lá na casa da minha sogra. (A sogra era moradora do mesmo RUC mais já vendeu a casa e voltou para o Bairro São Domingos). Tem dias que na hora do almoço que a gente vai fazer comida, cadê a água? A água é suja mulher, o meu esposo pega água no Viena pra gente beber (Entrevistada 14, 19 anos).

Em outro momento da entrevista, quando questionado sobre o sistema de esgotos das casas, o sentimento é de revolta fica bastante evidente na fala do entrevistado:

Esse sistema de esgoto é uma imundice, entope o tempo todo e fica vazando água e fezes pelo vaso, uma catanga insuportável. Eu fechei este banheiro e construí uma foça lá no quintal, porque eu cansei de ir no escritório da norte energia reclamar e ninguém resolveu nada. Eu mesmo tive que pagar pra arrumar o banheiro. Aqui a gente vive jogado nem liga pra gente, quem tem um pouco de condição se vira quem não tem se lasca (Entrevistado 15, 56 anos).

Observamos tanto na fala da primeira moradora quanto do segundo morador a insatisfação em relação ao saneamento. Esse fato contradiz o discurso do empreendedor hidrelétrico, que havia prometido um ambiente favorável à saúde e ao bem-estar como uma das principais vantagens do remanejamento das famílias. No entanto, essa promessa não está sendo cumprida, conforme os relatos indicam.

A falta de água e os problemas de saneamento reforçam a segregação socioespacial dessas comunidades. O impacto dessa escassez nos RUC vai além da dificuldade na logística e execução de tarefas domésticas, refletindo também a ausência de compromisso e respeito com um elemento essencial para a sobrevivência humana.

4.6 INFRAESTRUTURA

Embora os reassentamentos apresentem condições melhores que os antigos locais de moradia da comunidade, tendo em vista as casas de concreto padronizadas e ruas pavimentadas, a qualidade de vida da população piorou de acordo com o relato dos entrevistados. Desta forma acreditamos que a estrutura das casas apresenta um aspecto positivo, mais somente a questão estrutural não é suficiente para que as famílias consigam permanecer nos bairros, fato comprovado pelo número de casas que já foram vendidas ou até mesmo abandonadas.

Os RUC têm aspecto de abandono pelo matagal que cresce nas principais vias, propiciando violência, os equipamentos de lazer estão deteriorados e as quadras viraram espaços de violência e consumo de drogas durante a noite.

4.7 PRESERVAÇÃO DOS LAÇOS AFETIVOS

A Norte Energia prometeu, durante o cadastramento socioeconômico, que vizinhos e familiares teriam prioridade para continuar morando próximos, mas, segundo os moradores, essa promessa não foi cumprida. A confiança, amizade e cooperação construídas pela população em suas antigas moradas não foram respeitadas e foram desfeitas nas remoções. A falta de respeito com a realidade e os costumes dos moradores locais, por parte dos responsáveis pelos reassentamentos, transformou as comunidades em reféns de suas próprias casas.

A vizinhança era um ponto de apoio crucial para os moradores dos baixões. Laços de amizade e confiança foram construídos ao longo dos anos, e os vizinhos frequentemente cuidavam das crianças das mães que precisavam trabalhar. Eles também vigiavam as casas durante ausências, compartilhavam alimentos e remédios, além de ajudar nas construções e reformas das residências.

Com a mudança para os RUC esses laços se perderam, causando grande tristeza tal como relata esta entrevistada moradora do RUC Água Azul, antiga moradora da Invasão dos padres.

O que mais eu gostava de morar lá era meus vizinhos, nossos filhos foram criados todos juntos, nos era como família, todo mundo se ajudava, uns cuidava dos outros. Aqui é todo mundo estranho ninguém fala com ninguém, todo mundo trancado. Uma tristeza (Entrevistada, 16, 47 anos).

A percepção da entrevistada sobre os impactos sociais e psicológicos ocasionados pelo processo de realocação “forçada” representa os sentimentos de desconstrução das relações de amizade e de convivência comunitária desconstituída ao longo dos anos. Acreditasse que estes sentimentos interfiram no processo de readaptação e criação de novos vínculos.

A perda desses laços afetivos e de apoio mútuo demonstra a profundidade do impacto emocional e social causado pela realocação forçada. A desconexão dos moradores de suas redes de apoio e o isolamento em seus novos locais de habitação evidenciam a necessidade urgente de estratégias mais sensíveis e respeitosas para o reassentamento. É essencial que as futuras iniciativas de reassentamento considerem não apenas a infraestrutura física, mas também a preservação dos laços comunitários e a continuidade das relações sociais que são vitais para o bem-estar dos moradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reassentamentos urbanos coletivos (RUC) em Altamira-PA, promovidos pelo projeto de Belo Monte, foram inicialmente justificados como uma melhoria na qualidade de vida para as populações que viviam nos baixões da cidade. Contudo, a realidade vivenciada pelos moradores após seis anos de remoção revela uma série de desafios e problemas não previstos ou negligenciados durante o planejamento e execução do projeto.

Primeiramente, a fragmentação do tecido urbano resultante da realocação das famílias para os RUC provocou uma significativa perda de

sociabilidade e encontro das diferenças. A análise das entrevistas revela que os laços comunitários e afetivos foram severamente afetados, gerando um sentimento de isolamento e solidão entre os moradores. Tal perda de convivência comunitária, como destacado por Castells (2000), é um fator crucial para a coesão social e qualidade de vida urbana.

Além disso, os reassentamentos falharam em proporcionar acesso adequado aos serviços básicos, como água potável e saneamento. Os depoimentos dos moradores indicam que a infraestrutura prometida não se concretizou plenamente, resultando em condições de vida inadequadas e, em alguns casos, piores do que as enfrentadas anteriormente. Este descaso com a infraestrutura básica não apenas viola os direitos dos reassentados, mas também evidencia a segregação socioespacial associada ao projeto.

A estruturação urbana de tipo centro-periferia, reforçada pelo processo de remoção, ampliou ainda mais a segregação em Altamira. Os RUC, localizados em áreas periféricas, distanciaram as famílias da área central, onde se concentram as oportunidades de emprego, serviços públicos e equipamentos coletivos. Essa reorganização espacial tanto aumentou o isolamento das comunidades reassentadas quanto limitou seu acesso a recursos essenciais para uma vida digna. Harvey (1980), já discutia como tal segregação contribui para a injustiça social nas cidades. Como exemplo, os serviços de saúde foram profundamente afetados. Muitos moradores relataram dificuldades em acessar esses serviços, que se tornaram menos disponíveis e de menor qualidade após a realocação.

Os impactos econômicos da remoção são igualmente alarmantes. O aumento dos custos de moradia, combinado com o isolamento dos reassentamentos, resultou em maiores dificuldades financeiras para muitas famílias. A falta de oportunidades de emprego nas proximidades dos RUC aumentou a dependência de iniciativas de geração de renda alternativas, como cursos de artesanato e culinária promovidos por organizações sociais. Contudo, essas iniciativas, embora louváveis, não conseguem suprir totalmente as necessidades econômicas das famílias afetadas.

Por fim, é evidente que o projeto de Belo Monte, embora tenha trazido algumas melhorias estruturais, falhou em abordar de forma ampla e sustentável as necessidades das comunidades reassentadas. A análise dos dados e entrevistas reforça a conclusão de que os reassentamentos resultaram em uma segregação planejada, onde as políticas energéticas e os interesses corporativos se sobrepuseram ao bem-estar das populações locais. Becker (2008) e outros teóricos já alertavam para os riscos de tais

empreendimentos na Amazônia e a experiência de Altamira serve como um exemplo claro das consequências sociais negativas de um planejamento urbano que negligencia os aspectos humanos e comunitários.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS ABEP*, 11., 1998, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2016. p. 421-456.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.
- CARDOSO, S. M. **A cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DAVIS, M. **Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FVPP. **A voz dos atingidos por Belo Monte: desafios e direitos**. Altamira: Fundação Viver, Produzir e Preservar, 2017.
- GEDTAM. **Tendências de crescimento na cidade de Altamira. Relatório de trabalho de campo**. Altamira: Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas territoriais na Amazônia/Universidade Federal do Pará, 2014.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n.4, p. 21-33, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

MIRANDA NETO, J. Q. As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte. **Amazonia Latitude**, [s. l.], 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/>. Acesso em: 10 out. 2022.

NUNES, P. B. **Belo Monte e a extinção dos baixões de Altamira-PA**: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SABATINI, F.; WORMALD, G. Segregación de la vivienda social: reducción de oportunidades, pérdida de cohesión. In: SABATINI, Francisco, ed.; WORMALD, Guillermo, ed. y RASSE, Alejandra, ed. **Segregación de la vivienda social**: ocho conjuntos en Santiago, Concepción y Talca. Santiago de Chile: Colección Estudios Urbanos UC, 2013. pp. 12-31.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 15-20.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

UMBUZEIRO, A. U. M. B.; UMBUZEIRO U. M. **Altamira e sua história**. 4. ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2012.

Submissão: 23/08/2022 • Aprovação: 08/06/2024